

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2923415420201130173126

Processo 0812423-15.2020.8.23.0010 ☆ - (196 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais   Informações Adicionais   Partes   Movimentações   Apensamentos (0)   Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado   ☐ Servidor   ☐ Advogado   ☐ Membro MP   ☐ Defensor   ☐ Procurador   ☐ Outros   ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos   ☐ Sem Arquivo   ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado   ☐ Advogado NPJ   ☐ Entidades Remessa   ☐ Magistrado   ☐ Procurador   ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):   ao   Data do Movimento(Período):   à   Descrição:

50 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 50

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	50	30/11/2020 17:31:26	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	Procurador
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020)	
		Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO	
		2723087IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdf	Público
49	30/11/2020 16:30:06	RENÚNCIA DE PRAZO DE ALANNY RIBEIRO DE SOUZA PIMENTEL	OSTIVALDO MENEZES DO NASCIMENTO JUNIOR
		Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020)	Advogado
48	23/11/2020 00:01:07	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	SISTEMA CNJ
		(Pelo advogado/curador/defensor de ALANNY RIBEIRO DE SOUZA PIMENTEL) em 23/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020) e ao evento de expedição seq. 44.	
47	13/11/2020 09:55:13	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 13/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020) e ao evento de expedição seq. 45.	Procurador
46	13/11/2020 00:01:16	PRAZO DECORRIDO	SISTEMA CNJ
		Sem Resposta - (Referente a(o) CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) determinado pelo evento CONCEDIDO O PEDIDO (27/07/2020)	
45	11/11/2020 12:24:56	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	franchiello Costa Gutierre
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020)	Estagiário
44	11/11/2020 12:24:56	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	franchiello Costa Gutierre
		Para advogados/curador/defensor de ALANNY RIBEIRO DE SOUZA PIMENTEL com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 43) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (11/11/2020)	Estagiário
	43	11/11/2020 12:24:35	franchiello Costa Gutierre
		JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO	Estagiário
	42	05/11/2020 11:11:30	Daniele Araújo Silva
		LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA	Estagiária
		CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 05/11/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 35) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (01/10/2020 12:56:13)	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08124231520208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALANNY RIBEIRO DE SOUZA PIMENTEL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

**ITAÚ - UNIBANCO**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341                      AGÊNCIA: 0477                      CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/04/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALANNY RIBEIRO DE SOUZA PIMENTEL

BANCO: 341

AGÊNCIA: 06953

CONTA: 000000027585-3

Autenticação:

AAB95F64C891F80CEC805A7CC9A1E63441A9FA467FD246DC4D29B85414E7BCCA

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Trecho do laudo:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>Coluna Cervical</u>	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, que o enquadramento deverá ser realizado conforme previsão da tabela:

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar					
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					

Neste sentido, o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 26 de novembro de 2020.

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**